



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

LEI Nº 3197, DE 15 DE ABRIL DE 2020.

Súmula: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, PARANÁ E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de Campo Largo, Paraná, a “Central de Atendimento às Denúncias de Violação de Direitos Humanos”.

Art. 2º. Para fins desta Lei, a “Central de Atendimento às Denúncias de Violação de Direitos Humanos” tem a finalidade de acolher, registrar, contabilizar, encaminhar e atender as denúncias que violem os direitos humanos, ocorridas no município de Campo Largo.

Parágrafo Único. A central deve estar em consonância com as regras do programa de escuta, como o “Disque 100” do Governo Federal, além dos demais existentes em território nacional.

Art. 3º. Todas as denúncias recebidas serão recepcionadas pela central, podendo ser recebidas via:

- I. Telefone;
- II. Internet;
- III. Presencialmente, de forma identificada ou anônima;
- IV. Site de denúncias;
- V. Aplicativo de celular;



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

VI. E-mail;

VII. Ou qualquer outro meio de comunicação.

Art. 4º. Caberá a central atender as denúncias de violação dos direitos humanos realizadas contra os moradores do município de Campo Largo, de qualquer faixa etária (crianças, adolescentes, adultos ou idosos).

Art. 5º. É de responsabilidade da central, efetuar o mapeamento das denúncias, buscando junto aos órgãos competentes pela investigação a responsabilização dos autores dos atentados que vão contra a dignidade das vítimas, além de promover com urgência a continuidade dos processos, a fim de sanar a violação dos direitos.

Art. 6º. Caberá ao Município atuar juntamente com as redes de proteção, Conselhos Tutelares e com as Secretarias Municipais necessárias para o atendimento às vítimas.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo, designar as verbas necessárias para o custeio e funcionamento da Central de Denúncias. Bem como a discricionariedade de ceder recursos humanos, espaço físico, equipamentos, material de expediente e veículos necessários para seu funcionamento.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para o seu fiel cumprimento.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias a partir data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 15 de abril de 2020.

MARCELO PUPPI

Prefeito Municipal